

# Pernambucanos temem um mero pacto entre elites

NIVALDO ARAUJO  
Correspondente

Recife — A transformação da futura Constituinte em mais um mero "pacto das elites", com o povo sem voz e vez, é o temor da classe política pernambucana, em sua quase totalidade. O sociólogo Gilberto Freyre, por exemplo, constituinte de 46, advoga uma Constituinte "com o máximo de abertura", para que todos os brasileiros indistintamente possam dela participar, enquanto que o escritor e jornalista Paulo Cavalcante, membro do Partido Comunista Brasileiro, adverte: "Ou levamos o debate da Constituinte às grandes massas, ou o que dela resultar há de, inevitavelmente, consultar os interesses de classes de grupos oligárquicos e minorias detentoras de regalias sociais".

— Uma Constituinte nova — observa Paulo Cavalcante — pressupõe sempre um ato de ruptura com um passado jurídico institucional. Essa ruptura precisa ser levada a cabo, antes que a Nação se confronte com uma avalanche de ódio acumulado e reprimido. Durante os últimos anos, diante do fracasso, do militarismo, em todos os níveis, criou-se um estado de consciência em favor de mudanças e transformações estruturais. Esse negócio de disciplinar o uso do carro oficial, de conter nomeações por um determinado prazo, de combater pretensamente mordomias e a corrupção, de desdobrar ministérios, de economizar verbas e cortar orçamentos públicos — é panacéia que a República, vem usando desde que existe. Eu, pessoalmente, já vi esse filme desde a Revolução de 30.

O governador Roberto



Magalhães, por sua vez, entende que a Constituinte resultará no grande conduto através da qual o País chegará ao pacto social. E ele a defende para 1986, discordando de qualquer outro prazo antes disso: "Uma Constituinte agora levaria a um poder paralelo — o Senado e Câmara, e mais a Constituinte. Parece que o modo ideal é o de 45/46. Convocam-se eleições gerais e elegem-se deputados e senadores com poder constituinte".

Pacto das elites é, também a expressão utilizada com frequência para qualificar a Constituinte que será legada ao povo brasileiro, se ela não for efetivada com a participação intensa da totalidade da Nação pelo ex-deputado e ex-líder das ligas camponesas de Pernambuco, Francisco Julião, que aponta o poder econômico com sua grande capacidade de corrupção "se apossa da bandeira da Constituinte e comece a corromper, comprar, subornar consciências".

A mesma preocupação quanto àqueles aspectos citados pelo ex-líder das ligas camponesas que tem o deputado federal Jarbas Vasconcelos, para quem a Constituinte é o fato mais

importante dentro do processo político, compromisso maior do presidente Tancredo Neves.

— Minha preocupação — diz Jarbas — é que ela venha a ser convocada sem que sejam atendidos pressupostos básicos à sua pureza, com a remoção do chamado entulho autoritário, legalização dos partidos ora na clandestinidade, modificação na Lei Orgânica dos partidos políticos, livre acesso aos meios de comunicação, dentre outros. O fundamental é que o Governo proporcione meios de se efetivar amplo debate a nível nacional, antes de se partir precipitadamente para uma Constituinte que não atenda aos anseios de 130 milhões de pessoas, frustrando todo um povo, com as consequências perigosas que uma frustração nacional poderá proporcionar.

É ainda o escritor Paulo Cavalcante quem adverte e recomenda: O grande perigo do debate em torno da Constituinte ou pressupostos indispensáveis a que ela expresse a vontade da grande maioria da população, em todos os seus segmentos e classes.

— Não podemos deixar que a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte repita os erros do passado, ou seja, que não passe de um pacto social entre as elites, através de conciliábulos de gabinetes, discriminando-se o povo. Até hoje, do Império à República, as constituições resultaram de conchavos e de trocas de concessões e favores entre as camadas mais afortunadas da sociedade. E o pouco de progressista que nelas se contém decorreu de lutas encarniçadas de setores da população, ou de categorias profissionais minimamente organizadas — diz Paulo Cavalcante.

# Constituinte deve ser debatida

Advertência é de Moreira Franco, que começa a mobilização

TERESA CRISTINA  
Correspondente

Rio — A Constituinte será o tema, ao longo de 86, mais importante que a eleição dos governadores. Convencido disso e de que a campanha pela Constituinte deve preceder, inclusive, as eleições de 15 de novembro para as prefeituras, Moreira Franco retorna ao PMDB, propondo debate imediato, aproveitando que o partido está mobilizado para a renovação dos diretórios municipais e zonais e para a campanha eleitoral para as prefeituras. Ele propõe uma discussão mais aprofundada, entre outros pontos, sobre o parlamentarismo, o voto distrital e a eleição em dois turnos para prefeito, governador e presidente da República.

Segundo ele, é preciso decidir-se a conveniência ou não do Parlamentarismo no Brasil, tendo em vista que o País não tem uma tradição presidencialista devido aos anos em que predominou o autoritarismo. "Um país da extensão do nosso, com processo de urbanização violento, tem que discutir o problema do voto distrital, sob pena de termos concentradas exclusivamente nas regiões metropolitanas as composições das assembleias legislativas e das bancadas



Moreira Franco à Câmara Federal", ponderou.

A eleição em dois turnos, além de evitar que candidatos sejam vitoriosos com votações minoritárias, poderia facilitar a consolidação da Aliança Democrática, no caso, por exemplo, das prefeituras em disputa no Rio, onde não há até o momento perspectiva de coligação entre o PMDB e o PFL. O candidato do partido vencedor no primeiro turno contaria com o apoio do outro no segundo.

Ele considera importante que o debate aconteça já, para que os eleitores possam chegar às eleições deste ano e às de 86 com seus conceitos sistematizados e, portan-

to, em condições de avaliar os candidatos que se apresentarem como constituintes em 86. "No Rio este debate é fundamental para unir o partido. Temos várias correntes de opinião. E preciso que haja um entendimento político entre essas correntes, uma aliança expressa, que possa ser traduzida ao eleitorado através de pontos bem esclarecidos tanto este ano quanto o ano que vem durante a sucessão estadual", afirmou.

Moreira Franco reingressou no partido trazido pela corrente chaguista e quer consolidar sua liderança através da mobilização das bases partidárias, preparando o PMDB para resgatar o antigo prestígio popular e retomar o poder perdido para o PDT do governador Leonel Brizola. Ele garante que o PMDB é hoje a legenda mais forte no Estado e que o partido tem todas as condições para vencer as eleições para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, bem como a dos municípios de Volta Redonda, Angra dos Reis e Duque de Caxias, se tiver competência política para marchar unido. Ele acredita que o partido chegue com chapa única às convenções que vão escolher em agosto seus candidatos. Para isso, está percorrendo os diretórios municipais e zonais. Ele apóia a candidatura do deputado federal Jor-

ge Leite e se prepara para lançar-se candidato a governador.

"Em matéria de eleições diretas, exceto as para a Presidência da República (cuja data deverá ser definida pela Constituinte), o brizolismo só se engaja constrangido. Foi assim quando houve a campanha para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, no que o brizolismo só entrou no final, porque propunha mandato-tampão para suceder o presidente Figueiredo. Da mesma maneira, aconteceu em relação às eleições para prefeito das áreas de segurança", observou.

No PMDB, disse, o momento é de debate. Enquanto outros partidos não têm candidatos, nós temos em excesso. Internamente, o objetivo no Rio é homogeneizar a linguagem, para transmitir ao eleitorado uma imagem nítida, e no plano nacional o que se verifica são dois momentos — explicou. Ao mesmo tempo em que se discutem as bases de uma nova Constituição, se promovem mudanças nas legislações eleitoral e partidária, com a finalidade de dar maior representatividade à Constituinte, encarregada de deliberar sobre as questões mais substantivas, entre elas, a fixação dos mandatos dos futuros presidentes da República e do atual.

Assembleia